

É sobre a política do movimento feminista negro: Ubuntu

» MARIANA ALMADA
Professora, arte-educadora, psicanalista, teóloga e fotógrafa

OMovimento Negro brasileiro foi o mais importante movimento social com bases históricas e culturais a atuar no cenário político do país. Nossa avanço foi conquistado passo a passo e sem recuos... (GARCIA, Januário, 2008, p. 23). E hoje a diferença ainda se faz.

Entre tantas histórias que ouvimos por aí, uma delas conta que numa praia encontravam-se um escritor e uma criança. Esta, por sua vez, juntava estrelas do mar na praia e devolvia-as ao oceano. O escritor, "muito sábio", disse à criança que ela não salvaria todas as estrelas que ali estavam, pois eram inúmeras. Ela então colheu uma, jogou-a ao mar e disse: "Mas para essa eu fiz a diferença".

É sobre essa diferença que vamos fazer a abordagem, atendo-nos ao campo da negritude. Reconhecer a trajetória, do cuidado, das formas de enfrentamentos e de lutas, fez com que o povo negro se tornasse protagonista à frente de suas pautas garantindo-lhes voz e vez. Trazemos uma história ancestral e, a partir de lá, quantas marcas de sofrimento, quantas mortes trágicas! Mas também quanta coragem, alegrias, maneiras de sobrevivência, quanta força trazemos em nossos nomes, nossas conquistas, nossas formas de convivência. É, segundo bell hooks, "reaprender o passado, entender sua cultura e história, reconhecer seus ancestrais e assumir a responsabilidade de ajudar outras pessoas negras a descolonizar seus pensamentos" (HOOKS, 2019, p.61). Portanto, nosso respeito e honra aos que vieram antes.

Ubuntu agrupa tudo isso, filosofia oriunda

dos povos sul-africanos zulu e xosa que busca na força dos antepassados, a construção da identidade do ser. O que sua tataravó representou neste plano, chegou a sua bisavó, avô, mãe e consequentemente a você. Cada uma recebe o que a outra tem a oferecer e por isso eu sou porque vocês foram e, por conseguinte, eu sou porque nós somos.

Calaram nossas vozes e, num pretérito mais que perfeito, ressoaram novamente, mas dessa vez no movimento negro, por meio dos partidos políticos, da cultura, da religiosidade, entre outros segmentos. Numa perspectiva da política do cuidado, fomos ouvindo expressões de força, resistência negra a exemplo da coragem, "uma sobe e puxa a outra" num gesto de sororidade, sobretudo em movimentos no campo feminino/ancestral e de força política, buscando a ocupação de espaços.

"Eu sou porque nós somos", essa é a palavra de ordem. Foi o que pudemos presenciar nas eleições de 2022. Falamos de força, afetividade, luta e adjacências, falamos de um só movimento, o negro, em suas vertentes, apresentando candidaturas à sociedade, como foi o caso do Movimento Negro Unificado (MNU). Estamos Prontas, Mulheres Negras Decidem, Março Por Marielle, Mulheres Negras Baobá, Eleitas: Mulheres Negras Na Política, tanto quanto outros assemelhados, como faz, por conseguinte, a Frente de Mulheres Negras, visando fortalecer a agenda do feminismo negro.

Conforme Patrícia Hill Collins, "uma vez que as lutas pela transformação institucional raramente são bem-sucedidas sem a ajuda de

aliados, essa dimensão do ativismo das mulheres negras depende de estratégias de formação de coalizões" (COLLINS, 2019, p. 333). E foi o que vimos nitidamente nessas eleições.

Há um motor gerador que deve engrenar entre o pensar, sentir, agir e rever, quatro ações necessárias que estão imbuídas na constituição do que é necessário para garantir aos nossos a ocupação do parlamento e da esfera pública. Pensar na imanência da nossa história tal qual ela aconteceu, para além, na transcendência, no sentido de fazer ascender as vertentes dos espaços humanos que ela alcançou; sentir, no campo das emoções, as marcas do corpo e da alma são feridas que hoje por meio da força ancestral que chega até nós impulsionam-nos à ação; agir, conhecer-nos e à nossa história e nesse movimento atitudinal fortalecer-nos, fazer que saibam a que viemos; e reagir, consolidando nossa fala de pertencimento, e no mais, "estimular as organizações da sociedade civil na ampliação da consciência popular sobre a importância das ações afirmativas, de modo a criar sólida base de apoio social" (Decreto nº 4.886/03).

A exemplo de Mestre Didi e Emanoel Araújo em suas composições artísticas, Mestre Moa do Catendê, Ruth de Souza, Carolina Maria de Jesus, Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, conclamemos a todos e rufemos os tambores da nossa história. Orquestramos nossas memórias ancestrais e impressionemos, transformemos espaços por força dos nossos fazeres, das responsabilidades que um carrega quando faz pelo outro, de ser porque a outra pessoa é, nesta mesma filosofia: Ubuntu.

Por um olhar estratégico para a engenharia brasileira

» EDUARDO VIEGAS
Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco) e membro do conselho consultivo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abidb)

Na última década, vimos os investimentos em infraestrutura no Brasil cairem consideravelmente devido aos problemas fiscais do país. Conforme dados levantados pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abidb), em 2020, os investimentos em energia, saneamento e transportes/elogística ficaram em R\$ 93 bilhões, correspondendo a 1,25% do PIB – abaixo, portanto, dos 3,55% do PIB de investimentos necessários nos três segmentos.

Os governos federal, estaduais e até municipais concentraram esforços nos últimos anos para atrair investimentos da iniciativa privada nesses segmentos. Agentes como PPI, BNDES e outros conseguiram, dentro dos seus limites, estruturar projetos de concessões e PPPs com uma melhor matriz de riscos, viabilizando um número razoável de projetos contratados. Há alguns anos, o setor privado já ultrapassou o setor público em volume de investimentos.

Os novos marcos regulatórios no saneamento, gás e ferrovias ajudaram a melhorar o ambiente para atração de investidores privados. Nesse cenário de estruturação de concessões e PPPs, os engenheiros ficaram em segundo plano, dando espaço a advogados e economistas. Isso porque as questões regulatórias e contratuais, assim como modalidades de financiamento, se tornaram os principais focos de preocupação de investidores. A maioria dos eventos de infraestrutura no Brasil tem como temática principal as questões jurídicas e financeiras – nos últimos anos, houve um crescimento considerável de escritórios de advocacia especializados em infraestrutura e boutiques de assessoria financeira para mediações de financiamento.

Os advogados e financistas são cruciais para viabilizar projetos. Mas não podem ofuscar a importância do que vem depois da assinatura de uma concessão: a implantação, que ocorre por meio das etapas de desenvolvimento de engenharia conceitual, básica e executiva e de execução das obras. Para estes desafios, é imprescindível contarmos com boas empresas de consultoria de engenharia e construtoras, além de outras especialidades.

Esses segmentos, infelizmente, ficaram em segundo plano nos últimos anos. Muitos empresários sofreram com a redução de projetos. A cadeia de fornecedores, que no Brasil é bastante fragmentada, sofreu com a redução de investimentos desde 2013. O protagonismo das empresas de engenharia e construção foi reduzido e, com isso, houve também perda de mão de obra qualificada. Muitas empresas quebraram no período, mas agora há um cenário favorável para uma retomada. Há projetos no Brasil, mas o framework de implantação, desde a contratação da engenharia, pode ser bastante aperfeiçoado.

Mas tanto na contratação pública quanto na contratação privada há dois fantomas que sempre estão rondando o setor: política predatória de preços e informalidade. No lado privado, as concessionárias têm a meta de implantar os seus projetos dentro do investimento aprovado pelos acionistas e financiadores, o que é compreensível e plenamente justificável. No entanto, essa meta acaba virando o próprio inimigo, pois há o equívoco de economizar na engenharia.

Um erro comum é a primarização da engenharia dentro da concessionária, fragmentando a contratação de pequenos projetos, o que acaba não formando empresas de engenharia no Brasil. Outro erro está nas concorrências pelo critério de menor preço, que forçam muitos empresários a contratar engenheiros por salários abaixo do piso, ou a pejotização da engenharia.

Um levantamento feito pelo Sindicato da Arquitetura e Engenharia Consultiva em 2016 mostrava que, no Brasil, tínhamos mais de 35 mil CNPJs com Cnae de engenharia de projetos, gerenciamento e supervisão, mas apenas cerca de 200 empresas faturavam mais de R\$ 10 milhões anuais. Ou seja, menos de 1% das empresas consegue manter equipe própria qualificada. A maioria são profissionais PJ que prestam serviços por projeto e não formam uma inteligência de engenharia para se perpetuar no Brasil.

No lado público, o cenário é pior. A contratação por pregão se tornou um padrão, com preços impraticáveis para empresas que buscam ter quadro próprio. Espera-se que a nova Lei de Licitações, a 14.133, obrigatoria a partir de abril de 2023, reduza esse problema, pois não será mais permitida a contratação de engenharia por pregão. Teremos um cenário desafiador pela frente se investidores públicos e privados não olharem para a engenharia como um parceiro necessário para a entrega dos projetos. Caso não haja entendimento, as dificuldades serão imensas e diversos projetos não se viabilizarão. São necessárias políticas públicas para atrair a formação de engenheiros no Brasil, além de estímulos equilibrados para empresas de engenharia e construção. Como a desoneração da folha, um benefício que somente construtoras detêm, mas empresas de engenharia de projetos não, quando são elas as que mais precisam.

Toda a cadeia brasileira de serviços de engenharia e construção precisa de um olhar estratégico e integrador. Caso contrário, continuaremos tendo uma fragmentação e informalidade que impedirão a formação de inteligência. Há mais advogados e administradores de empresas do que engenheiros no Brasil. Deveríamos ter o contrário se quisermos atingir o crescimento esperado. Fortalecer a engenharia é uma solução.

Fake news se combatem com políticas públicas

» CRISTIANE PARENTE DE SÁ BARRETO
Jornalista, professora (lesb e UnB), diretora da Landé Comunicação e Educação, membro da ABPEducom

Após quatro anos em que as fake news foram usadas como base para uma eleição, manutenção do poder, ataques a adversários e manipulação de parte de uma população deseducada midiática e informacionalmente, gerando uma massa de dissonantes cognitivos, é de uma simbologia imensa ver que um dos primeiros atos do presidente Lula foi assinar um decreto (Decreto nº 11.362, de 1º de Janeiro de 2023) que cria um departamento na Secretaria de Comunicação voltado à educação midiática.

Não seria a primeira vez que o presidente demonstra a importância desse tema, já que nos seus mandatos anteriores criou os programas Mais Educação e Mídias na Educação, que trabalhavam a formação de professores e o uso crítico e criativo das mídias nas escolas, vistas não instrumentalmente mas como linguagem, forma de se expressar, refletir representações e edições do mundo.

Alguns desses programas tiveram como exemplos políticas públicas de educomunicação, como a da prefeitura de São Paulo, fruto da mobilização do Núcleo de Comunicação e Educação da USP e mais tarde da Associação

Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom); ou de ações como a do Comunicação e Cultura, no Ceará, maior projeto de jornal escolar do país na época e de instituições como Catavento, Bem-TV, Cipó, Cecip, Auçuba, Observatório de Favelas, Oficina de Imagens, Ciranda, Viração, Saúde e Alegria e Voz das Comunidades.

Em todo o país jornalistas, educadores, educomunicadores, pesquisadores nas

universidades, educadores sociais, observatórios de mídia, ONGs desenvolvem há décadas projetos que buscam desenvolver a autonomia e a capacidade crítica e criativa de crianças, adolescentes, jovens e adultos na sua relação com a mídia, a arte e a tecnologia, com as informações que recebem e produzem, para que percebam o potencial da comunicação como possibilidade de desenvolvimento e transformação.

Essa educação midiática é importante para que percebemos o poder que uma palavra e uma imagem possuem e a ética e a responsabilidade que devemos ter quando publicamos e compartilhamos um conteúdo; para que compreendamos a importância de uma imprensa forte e livre, que nos traga informações de qualidade e nos represente a todos com diversidade e pluralidade de olhares, cores, sotaques... porque é assim que fortalecemos democracias.

Dá a relevância e o desafio da Secretaria de Políticas Digitais, subordinada à Secom e sob a batuta de João Brant (escolha muito acertada). Ela terá de formular e implementar políticas públicas para promoção da liberdade de expressão, tolhida no governo passado; o acesso à informação, que ainda é um problema grave tendo em vista especialmente o que vivemos com a pandemia da covid-19 e, por fim, o enfrentamento à desinformação e ao discurso de ódio na internet, talvez a mais delicada das questões porque envolve um programa de educação amplo e muitas parcerias com outros ministérios, especialmente Educação, Cultura, Saúde, Direitos Humanos e Justiça, sem falar na interlocução com os outros poderes, como o Legislativo,

que possui uma grande responsabilidade na formulação de leis que deem conta da complexidade do tema em questão.

Diz respeito também à proteção, mas sobre tudo à participação e escuta de crianças e adolescentes sobre políticas públicas que lhes dão respeito, porque elas ainda são marcadas por uma perspectiva muito adultocêntrica e seria importante mudar esse viés, iniciando assim uma educação político-cidadã desse público.

Ainda no tocante a esse público, destacamos a importância da secretaria ajudar a (re)pensar a programação das TVs abertas, emissoras de rádio e a política de comunicação no país, levando-se em conta a responsabilidade dos meios com a educação, a formação, o entretenimento e a informação de qualidade, além de garantir maior representatividade da diversidade de infâncias e adolescentes do país, especialmente a dos povos originários e tradicionais.

A criação de políticas públicas de educação midiática e educomunicação, com raízes freireanas que contribuem com a formação cidadã de educadores, educandos e famílias; o trabalho da cidadania em seus aspectos interseccionais, olhando questões como desinformação, fake news, violência nas escolas, discurso de ódio, racismo, entre outras, promovendo e garantindo espaços e canais de reflexão e expressão são algumas das muitas possibilidades desta nova secretaria. Que ela se inspire nos grandes educadores e comunicadores e ponha em prática o que é de fato comunicar. Que bons ventos soprem para os companheiros Paulo Pimenta e João Brant.



Fake news se combatem com políticas públicas

» CRISTIANE PARENTE DE SÁ BARRETO

Jornalista, professora (lesb e UnB), diretora da Landé Comunicação e Educação, membro da ABPEducom

Após quatro anos em que as fake news foram usadas como base para uma eleição, manutenção do poder, ataques a adversários e manipulação de parte de uma população deseducada midiática e informacionalmente, gerando uma massa de dissonantes cognitivos, é de uma simbologia imensa ver que um dos primeiros atos do presidente Lula foi assinar um decreto (Decreto nº 11.362, de 1º de Janeiro de 2023) que cria um departamento na Secretaria de Comunicação voltado à educação midiática.

Não seria a primeira vez que o presidente demonstra a importância desse tema, já que nos seus mandatos anteriores criou os programas Mais Educação e Mídias na Educação, que trabalhavam a formação de professores e o uso crítico e criativo das mídias nas escolas, vistas não instrumentalmente mas como linguagem, forma de se expressar, refletir representações e edições do mundo.

Alguns desses programas tiveram como exemplos políticas públicas de educomunicação, como a da prefeitura de São Paulo, fruto da mobilização do Núcleo de Comunicação e Educação da USP e mais tarde da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom); ou de ações como a do Comunicação e Cultura, no Ceará, maior projeto de jornal escolar do país na época e de instituições como Catavento, Bem-TV, Cipó, Cecip, Auçuba, Observatório de Favelas, Oficina de Imagens, Ciranda, Viração, Saúde e Alegria e Voz das Comunidades.

Em todo o país jornalistas, educadores, educomunicadores, pesquisadores nas

universidades, educadores sociais, observatórios de mídia, ONGs desenvolvem há décadas projetos que buscam desenvolver a autonomia e a capacidade crítica e criativa de crianças, adolescentes, jovens e adultos na sua relação com a mídia, a arte e a tecnologia, com as informações que recebem e produzem, para que percebam o potencial da comunicação como possibilidade de desenvolvimento e transformação.

Diz respeito também à proteção, mas sobre tudo à participação e escuta de crianças e adolescentes sobre políticas públicas que lhes dão respeito, porque elas ainda são marcadas por uma perspectiva muito adultocêntrica e seria importante mudar esse viés, iniciando assim uma educação político-cidadã desse público.

Ainda no tocante a esse público, destacamos a importância da secretaria ajudar a (re)pensar a programação das TVs abertas, emissoras de rádio e a política de comunicação no país, levando-se em conta a responsabilidade dos meios com a educação, a formação, o entretenimento e a informação de qualidade, além de garantir maior representatividade da diversidade de infâncias e adolescentes do país, especialmente a dos povos originários e tradicionais.

A criação de políticas públicas de educação midiática e educomunicação, com raízes freireanas que contribuem com a formação cidadã de educadores, educandos e famílias; o trabalho da cidadania em seus aspectos interseccionais, olhando questões como desinformação, fake news, violência nas escolas, discurso de ódio, racismo, entre outras, promovendo e garantindo espaços e canais de reflexão e expressão são algumas das muitas possibilidades desta nova secretaria. Que ela se inspire nos grandes educadores e comunicadores e ponha em prática o que é de fato comunicar. Que bons ventos soprem para os companheiros Paulo Pimenta e João Brant.